**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV) - CAMPUS CAIAPÔNIA
FACULDADE DE DIREITO**

ROSDANY MIRANDA MACHADO DE MOURA

**SOCIEDADE EMPRESÁRIA: AS DIFICULDADES QUE LEVAM AS
EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL A NÃO VOLTAREM AO
MERCADO**

**CAIAPÔNIA - GOIÁS
2020**

ROSDANY MIRANDA MACHADO DE MOURA

**SOCIEDADE EMPRESÁRIA: AS DIFICULDADES QUE LEVAM AS EMPRESAS
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL A NÃO VOLTAREM AO MERCADO**

Projeto de pesquisa apresentado à Banca Examinadora do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde – Campus Caiapônia como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Esp. Tiago Almeida Barros.

CAIAPÔNIA – GOIÁS

2020

SUMÁRIO

1 TEMA E DELIMITAÇÃO	3
2 PROBLEMA	3
3 HIPÓTESES	3
4 JUSTIFICATIVA	4
5 REVISÃO DE LITERATURA	5
5.1 SOCIEDADE EMPRESÁRIA	5
5.2 RECUPERAÇÃO JUDICIAL	6
5.2.1 Conceito	6
5.2.2 Histórico da Recuperação Judicial no Brasil	7
5.2.3 Lei Número 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência)	9
6 OBJETIVOS	10
6.1 OBJETIVO GERAL	10
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
7 METODOLOGIA	11
8 CRONOGRAMA	12
9 ORÇAMENTO	13
REFERÊNCIAS	14

1 TEMA E DELIMITAÇÃO

O processo de Recuperação Judicial das empresas é complexo e burocrático, e em grande parte dos casos, não tem sido percebido como uma medida efetiva para a conservação da Sociedade Empresária. Pensando em tal situação, percebe-se que o legislador veio a contemplar a apresentação de diversos recursos que poderão desburocratizar a recuperação dos casos das sociedades em que seja possível, concebendo a lei 11.101/2005, conhecida como Lei de Recuperação de Empresas e Falência, para dispor facilitação a este processo, mas ainda assim, percebe-se que alguns entraves persistiram no processo de Recuperação Judicial.

Diante dessa perspectiva, delimitou-se a seguinte temática: Sociedade Empresária: as dificuldades que levam as empresas em recuperação judicial a não voltarem ao mercado.

2 PROBLEMA

Considerado o presente quadro fático, surge um importante questionamento: A Lei de Recuperação de Falência, se consolidou no ordenamento jurídico pátrio, como mecanismo efetivo e suficiente para a plena realização do procedimento de Recuperação Judicial?

3 HIPÓTESES

Diante da problemática anteriormente apresentada, levantou-se a proposição das seguintes hipóteses:

- Ocorrendo a desburocratização do processo de Recuperação Judicial, facilitará o processo de reabilitação e restabelecimento da plenitude da Sociedade Empresarial;
- A morosidade e burocracia na condução processo de Recuperação Judicial, figuram como fatores preponderantes para as altas taxas de evasão ao processo;
- A desburocratização idealizada pela Lei 11.101/2005 foi fundamental para efetivar o processo de Recuperação Judicial;

- O combate a morosidade do judiciário e estabelecimento de novas diretrizes para os procedimentos de Recuperação Judicial, sedimentar-se-ia como um caminho para restabelecimento da Sociedade Empresária.

4 JUSTIFICATIVA

Em um primeiro momento, entende-se que as sociedades empresariais representam uma importante temática do direito empresarial, vez que compreende uma das tratativas mais importantes a economia do país, considerando que desta, surge a produção de empregos e consequentemente a produção de riquezas. Sendo assim, quando se nota a plena eficiência do exercício empresarial. Pensando nisso, a codificação vigente assegurou as empresas a previsão principiológica que veio a delimitar a função social da empresa.

No caminho da compreensão da importância da preservação da função social da empresa, apresenta-se a presente obra como meio para se vislumbrar os atuais caminhos processuais da Recuperação Judicial e diante de todo o material bibliográfico, estatístico e legal, conhecer se tem sido contemplado os anseios do referido instituto trabalhado na presente obra. Realizar o presente estudo, compreende o ideal de externalizar ao ambiente acadêmico as compreensões quanto a efetividade da Recuperação Judicial e se há a devida proteção às ideias concebidos pelo legislador no momento de sua criação.

Prosseguindo a um dos entendimentos que sustentam a presente obra, compreende-se a relevância do ideal da proteção social, vez que ainda que as empresas enquanto Sociedade Empresária versem por valores individuais, em lato, a economia pátria advém do ideal de suas empresas se encontrarem em estado saudável e de plenitude, assim, em uma visão mais ampla, não deixa de tratar de interesses difusos, relevantes a toda a sociedade.

Adiante, para conhecer a que público a presente obra e direciona, deve-se entender que em caráter lato, que se direcionaria a todo o meio acadêmico, vez que tange na compreensão da situação das empresas brasileiras. Restringindo esta visão, em caráter estrito, entende-se que se direcionaria aos proprietários de empresas que se encontrem em situações empresariais que possam dispor a entrada destes ao processo de Recuperação Judicial, para que nesta obra se encontre diretrizes para lidar com a referida situação.

Outrora, para consolidar o que anteriormente foi disposto, vê-se que é necessário maximizar a efetividade dos instrumentos legais existentes, para perceber as mudanças

socioeconômicas. No caso de Lei de Recuperação e Falências, a atualização tornou-se necessária porque a correta instrução no processo de falência, ordenando um grupo de credores ou reorganizando empresas no estado da falência e sua recuperação financeira é de grande importância para toda a sociedade.

Portanto, a presente produção se dirige a compreender se as desburocratizações conferidas pelo legislador se consolidaram como um mecanismo suficiente para dispor as condições favoráveis a Sociedade Empresária, para que esta se perpetue no tempo e possa adimplir os ideais legais concernentes ao princípio da função social da empresa, dispondo condições para que esta se reabilite.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 SOCIEDADE EMPRESÁRIA

A priori, deve-se conhecer os conceitos doutrinários quanto a Sociedade Empresária, e neste caminho o ilustre doutrinador Ulhoa (2014) compreende que as sociedades empresárias, não dependerem do objeto a que se dedicam, devem se registrar na Junta Comercial do Estado em que estão sediadas.

O Código Civil dispõe quanto a sociedade em seu artigo 981, dispondo:

Art. 981. Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.

Parágrafo único. A atividade pode restringir-se à realização de um ou mais negócios determinados. (BRASIL, 2002).

Ainda, sob a perspectiva legal, considerando as previsões legais quanto a sua constituição, destaca-se o artigo 983 do Código Civil:

Art. 983. A sociedade empresária deve constituir-se segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092; a sociedade simples pode constituir-se de conformidade com um desses tipos, e, não o fazendo, subordina-se às normas que lhe são próprias.

Parágrafo único. Ressalvam-se as disposições concernentes à sociedade em conta de participação e à cooperativa, bem como as constantes de leis especiais que, para o exercício de certas atividades, imponham a constituição da sociedade segundo determinado tipo.

Prosseguindo, antes de passar ao próximo tópico, caminha-se à compreender que com base nas perspectivas legais, a sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos, assim como se ensina nos artigos 45 e 1.150 do Código Civil de 2002.

5.2 RECUPERAÇÃO JUDICIAL

5.2.1 Conceito

Em um primeiro momento, para conhecer o conceito da Recuperação Judicial, deve-se mencionar que haverá dois momentos conceituais, o primeiro se direcionando a realização da análise conceitual, que se pautará com base aos ideais difundidos doutrinariamente, e em um segundo momento passar pelas tratativas que nos sejam conferidas pelo ordenamento jurídico pátrio vigente, sobre seus objetivos.

No primeiro momento, nas diretrizes doutrinárias, destaca-se os entendimentos conferidos por Cristiano Imhofl:

Recuperação judicial é o instituto jurídico, fundado na ética da solidariedade, que visa sanear o estado de crise econômico- financeira do empresário e da sociedade empresária com a finalidade de preservar os negócios sociais e estimular a atividade empresarial, garantir a continuidade do emprego e fomentar o trabalho humano, assegurar a satisfação ainda que parcial em diferentes condições, dos direitos e interesses dos credores e impulsionar a economia creditícia, mediante a apresentação, nos autos da ação de recuperação judicial, de um plano de reestruturação e reerguimento, o qual, aprovado pelos credores expressa ou tacitamente, e homologado pelo juízo, implica novação dos créditos anteriores ao ajuizamento da demanda e obriga a todos os credores a ela sujeitos, inclusive os ausentes, os dissidentes e os que se abstiveram de participar das deliberações da assembleia geral. (IMHOF, 2014, p. 208).

Sobre os valores em que a Lei de Recuperação está baseada, o renomado doutrinador Ricardo Negrão ensina:

A diretriz do legislador ordinário, ao estabelecer multiplicidade de instrumentos recuperatórios, cumpre norma maior, com vistas a atender à função social da propriedade e do incentivo à atividade econômica (CF, arts. 170, II e 174). [...] Das normas Constitucionais decorre o objetivo da tutela recuperatória em Juízo: atender à preservação da empresa, mantendo, sempre que possível, a dinâmica empresarial, em seus três aspectos fundamentais: fonte produtora, emprego dos trabalhadores e interesses dos credores (NEGRÃO, 2014, p. 158).

No segundo momento, conhecendo as dizes legais dispostos pelo legislador, destaca-se o que disposto no Artigo 47 da Lei número 11.101 do ano de 2005, *in verbis*:

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. (BRASIL. Lei 11.101, 2005, art. 47).

Desta maneira compreende-se os conceitos norteadores sobre o instituto da Recuperação Judicial e ainda os objetivos que foram dispostos pelo legislador para justificar a criação deste instituto.

5.2.2 Histórico da Recuperação Judicial no Brasil

Inicialmente, passando pela sua perspectiva histórica, dispõe-se que a recuperação judicial no Brasil, advém das bases de direito romano, a qual compreendia a falência como um delito que seria praticado em desfavor dos credores, criando uma situação de criminoso ao devedor que adentrasse ao processo de falência. Mas, ainda assim, se enaltece que com o percorrer do tempo, os seus conceitos se direcionaram a proteção dos direitos dos credores, para que estes venham a receber os valores que devidos pelo devedor.

No tocante a dimensões numéricas sobre a Recuperação Judicial no Brasil, Luiz Rabi retrata o crescimento dos pedidos, onde ensina:

Em 2016, cerca de 1,8 mil empresas de todos os tamanhos deverão pedir recuperação judicial no Brasil, maior número registro pelo Serasa Experian desde 2005, segundo projeção de Luiz Rabi, economista da instituição. [...] Caso confirmado, o número representará um aumento de 39% em relação aos 1.287 pedidos do ano passado, o atual recorde. “Vamos ultrapassar o recorde de 2015, com certeza”, diz Rabi. [...]. Esse ano tende a ser, segundo o economista, um ano de recordes negativos. Começou no primeiro trimestre. Entre janeiro e março de 2016, 409 empresas recorrem à recuperação judicial, mais que o dobro de 2015 e o maior número já registrado para o período. SERASA: Brasil baterá recorde de empresas que pedem recuperação judicial em 2016. (SERASA, 2017).

Destaca-se neste momento, dados de estudo realizado pela consultoria Corporate Consulting e Moraes Salles:

Apenas 1% das empresas que pediu recuperação judicial no Brasil saiu do processo recuperada. Desde que a lei foi criada, em fevereiro de 2005 até o último dia 10, cerca de 4 mil companhias pediram recuperação judicial, mas só 45 voltaram a operar como empresas regulares. No decorrer desses oito anos e meio, só 23% delas tiveram seus planos de recuperação aprovados pelos credores, 398 faliram e a maioria dos processos se arrasta no Judiciário sem definição final. [...] A maioria dos planos aprovados não é um projeto de reestruturação para tornar a empresa viável economicamente. São basicamente renegociações de dívidas”, disse Paulo Carnaúba, sócio do Moraes Salles e presidente da comissão de estudos em falência e recuperação judicial da OAB/Campinas. ‘Isso explica em parte por que a taxa de sucesso é tão baixa. [...] O empresário só recorre à recuperação quanto não vê outra saída. Quem passa a decidir o futuro da empresa são os credores e a Justiça’, explica Luis de Paiva, sócio da Corporate Consulting, que participou de mais de 200 reestruturações. (SALLES, 2010).

Convém ainda destacar a Tabela ilustrativa do estudo que dimensiona sobre estes pedidos de recuperação judicial no Brasil:

FIGURA 1 – Pedidos de Recuperação Judicial.

Ano	Requeridas				Deferidas				Concedida
	Micro e Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa	Total	Micro e Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa	Total	Total
2005	71	24	15	110	27	15	11	53	1
2006	160	68	24	252	85	50	21	156	6
2007	164	71	34	269	108	62	25	195	18
2008	172	87	53	312	98	74	50	222	48
2009	365	197	108	670	237	162	93	492	151
2010	297	106	72	475	185	107	69	361	215
2011	284	166	65	515	203	139	55	397	151
2012	403	247	107	757	299	221	98	618	189
2013	508	239	127	874	347	219	124	690	244
2014	451	240	137	828	363	202	106	671	323
2015	688	354	245	1287	514	306	224	1044	291
2016	1134	470	259	1863	890	397	227	1514	470
2017	860	357	203	1420	675	324	196	1195	614
2018	526	196	128	850	448	174	111	733	322

Fonte: SERASA EXPERIAN, 2018.

Compreendidas as tratativas acerca das perspectivas históricas e conhecidas a situação atual da Recuperação Judicial de empresas em nosso país, caminha-se por tratar especificamente da Lei que trata da presente temática.

5.2.3 Lei Número 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência)

A lei número 11.101/2005, conceitua a Recuperação Judicial em seu artigo 47, aduzindo:

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. (BRASIL. Lei 11.101, 2005).

Prosseguindo aos destaques da referida legislação, deve-se destacar as minúcias apresentadas no artigo 6º da Lei número 11.101/2005, dispõe-se:

Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

§ 1º Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida.

§ 2º É permitido pleitear, perante o administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho, mas as ações de natureza trabalhista, inclusive as impugnações a que se refere o art. 8º desta Lei, serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, que será inscrito no quadro-geral de credores pelo valor determinado em sentença.

§ 3º O juiz competente para as ações referidas nos §§ 1º e 2º deste artigo poderá determinar a reserva da importância que estimar devida na recuperação judicial ou na falência, e, uma vez reconhecido líquido o direito, será o crédito incluído na classe própria.

§ 4º Na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial.

§ 5º Aplica-se o disposto no § 2º deste artigo à recuperação judicial durante o período de suspensão de que trata o § 4º deste artigo, mas, após o fim da suspensão, as execuções trabalhistas poderão ser normalmente concluídas, ainda que o crédito já esteja inscrito no quadro-geral de credores.

§ 6º Independentemente da verificação periódica perante os cartórios de distribuição, as ações que venham a ser propostas contra o devedor deverão ser comunicadas ao juízo da falência ou da recuperação judicial:

I – pelo juiz competente, quando do recebimento da petição inicial;

II – pelo devedor, imediatamente após a citação.

§ 7º As execuções de natureza fiscal não são suspensas pelo deferimento da recuperação judicial, ressalvada a concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica.

§ 8º A distribuição do pedido de falência ou de recuperação judicial previne a jurisdição para qualquer outro pedido de recuperação judicial ou de falência, relativo ao mesmo devedor. (BRASIL. Lei 11.101, 2005).

Ainda, convém mencionar as situações em que não se há exigência ao devedor no processo de Recuperação Judicial, com base no artigo 5º da Lei número 11.101/2005, dispõe-se:

Art. 5º Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência:
I – as obrigações a título gratuito;
II – as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor. (BRASIL. Lei 11.101, 2005).

Finalmente, compreendidas as perspectivas específicas da referida legislação, passar-se-á então a análise dos objetivos dimensionados durante esta produção e a metodologia adotada.

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Compreender se as disposições legais conferida no ordenamento jurídico vigente quanto ao processo de Recuperação Judicial tem se consolidado em efetividade no restabelecimento da Sociedade Empresária.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Avaliar a dimensão da desburocratização ofertada pela Lei da Recuperação de Empresas e Falência;
- Analisar os caminhos a serem seguidos no processo de Recuperação Judicial;
- Dimensionar se ao fim de todo esse processo há a conservação da plenitude da Sociedade Empresária;
- Demonstrar a importância de se preservar a permanência das Sociedades Empresárias no tempo, com o intuito maior de se conservar os anseios sociais, dispostos na legislação pátria.

7 METODOLOGIA

Considerando que a metodologia, assim como dispõe Demo (2011), seria uma das formas em que pode se fazer ciência, consolidando as ferramentas e procedimentos que possibilitam o contemplo dos almejos propostos na elaboração da perspectiva teórica a ser perseguida é que se propõe essa pesquisa.

Sobre o ato de pesquisar, Pedro Demo (2000) reforça é a busca da compreensão como o conhecimento pode ser fabricado. Nesse sentido, o autor concebe “os procedimentos de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento.” (DEMO, 2000, p.20).

A presente obra se apresenta pela abordagem qualitativa e utilizando do método científico, quanto à linha de investigação científica, Gil (2008, p. 08) concebeu que “a investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos.”. Deste modo, conforme menciona Fachin (2003), ainda se observa que os primeiros passos a se tomar é o estabelecimento da pesquisa bibliográfica, junto a outras modalidades de pesquisa.

Quanto a pesquisa exploratória Lakatos e Marconi dispõem:

São investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar conceitos. (LAKATOS; MARCONI, 2012, p. 86)

Finalmente, para confecção deste trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica de caráter explicativo e abordagem qualitativa, visto que esta consiste em “interpretação de fenômenos e atribuição de significados” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70). Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados na realização desta pesquisa, ela foi classificada como bibliográfica e documental.

8 CRONOGRAMA

Ações/etapas	Trimestre (mês/ano)			
	1º	2º	3º	4º
Definição do tema e coleta de fontes bibliográficas			08/2020	
Elaboração do projeto			08-09/2020	10/2020
Entrega do projeto final ao orientador e defesa				10/2020
Reformulação do projeto e entrega à coordenação				11/2020
Levantamento bibliográfico em função do tema/problema	02/2021			
Discussão teórica em função da determinação dos objetivos	02-03/2021			
Análise e discussão dos dados		04/2021		
Elaboração das considerações finais		04-05/2021		
Revisão ortográfica e formatação do TCC		05/2021		
Entrega das vias para a correção da banca		06/2021		
Arguição e defesa da pesquisa		06/2021		
Correções finais e entrega à coordenação		06/2021		

9 ORÇAMENTO

Descrição do material	Un.	Qtde.	Valor (R\$)	
			Unitário	Total
Resma de papel A4(75g/m ²)	un	0	0,00	0,00
Impressão	un	0	0,00	0,00
Encadernação em espiral	un	0	0,00	0,00
Correção e formatação	un	1	120,00	120,00
Caneta esferográfica	un	0	0,00	0,00
Total				120,00
Fonte financiadora: recursos próprios.				

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Código Civil (2002). *Código Civil de 2002*. Brasília, DF: Ed. Senado, 2002.
- _____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Ed. Senado, 1988.
- _____. Lei nº 11101, de 9 de fevereiro de 2005. *Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária*. Disponível na Internet: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11101.htm. Acesso em 14 de novembro de 2020.
- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*. 18ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. V.1, p. 128.
- DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000. FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 4. Ed. São Paulo. Saraiva, 2003.
- FONSECA, Victor Cabral. NYBO, Erik Fontenele. *Direito das startups*. Curitiba: Juruá, 2016.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IMHOF, Cristiano. *Lei de recuperação de empresas e falência: Interpretada e anotada artigo por artigo*. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2014.
- JUSTI, Jadson.; VIEIRA, Telma Pereira. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pósgraduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2007.
- NEGRÃO, Ricardo. *Manual de direito comercial & empresarial: Teoria geral da empresa e direito societário*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- _____, Ricardo. *A eficiência do processo judicial na recuperação de empresa*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- PRODANOV, Cleber Cristiano.; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.*
- SALLES, Antônio Carlos Moraes. *Só 1% das empresas sai da recuperação judicial no Brasil*. Estadão, 2010. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,so-1-das-empresas-sai-da-recuperacaojudicial-no-brasil-imp-,1085558>. Acesso em 14 de novembro de 2020.
- SERASA EXPERIAN. *Indicador de falências e recuperações*. Disponível em: http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/falencias_concordatas.htm. Acesso em 14 de novembro de 2020.

SCOPEL, Cristian Felipe. BIASUS, Regina Biasus. *As dificuldades que levam as empresas em Recuperação Judicial a não voltarem ao mercado*. Disponível em <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/162_760.pdf>. Acesso em 14 de novembro de 2020.